Instruções do Banco de Portugal

Instrução nº 110/96

ASSUNTO: Empréstimos poupança-emigrante. Concessão de crédito

Em virtude das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 65/96, de 31 de Maio, ao regime jurídico do sistema de poupança-emigrante contido no Decreto-Lei nº 323/95, de 29 de Novembro, o Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artº 22.º, nº 1, alíneas a) e b) da sua Lei Orgânica, determina o seguinte:

1. À Instrução nº 64/96, publicada no BNP nº 1, de 17-6-96, é aditado o ponto 2.1.1 com a seguinte redacção:

2.1.1. Nos empréstimos concedidos a partir de 4 de Novembro de 1996, consideram-se integrados no saldo de permanência, para efeitos do número 2.1, os montantes comprovadamente mobilizados pelo respectivo titular como sinal ou antecipação de pagamento das operações referidas no número 1.1 das presentes Instruções, desde que tais montantes tenham permanecido na conta-emigrante durante, pelo menos, seis meses.

2. A presente Instrução produz efeitos desde a data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 323/95, de 29 de Novembro.